

PRÁTICAS AUTORITÁRIAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. A “NOVA” DIREITA E A CONCEPÇÃO IDEAL/ORGÂNICA DE DEMOCRACIA: O GRUPO GUARARAPES.

Por *Gisele Reis Cruz*[i] & *Jeronimo Marques de Jesus Filho*[ii]

Resumo: Este artigo aborda a concepção de democracia orgânica do Grupo Guararapes, uma organização de Direita, formada por ex-militares, cujo discurso remete ao pensamento nacionalista/autoritário de pensadores brasileiros do início do século XX. Autores como Alberto Torres, Francisco Campo, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna estão presentes no ideário do grupo, cujas maiores críticas se direcionam para o individualismo, o liberalismo e a perda da identidade nacional, em um contexto de globalização e neoliberalismo.

Palavras-chave: Nacionalismo, Autoritarismo, Democracia Orgânica, Liberalismo, neoliberalismo

Os militares, o pensamento e as práticas do nacionalismo autoritário no Brasil: um breve histórico

Boris Fausto declara ao término de seu livro sobre o pensamento nacionalista autoritário que devemos ter boas razões para rejeitar as posições dos nacionalistas autoritários, mas, diz também que em “vários aspectos, não podemos considerá-los como simples relíquias do passado.” (Fausto, 2001:73) De fato, o pensamento nacionalista autoritário e suas práticas estão muito presentes e atuantes no Brasil do início do século XXI. Há vários grupos com esse cariz ideológico em atividade constante na internet, o grupo Guararapes, objeto de nosso trabalho, é um deles.

A maioria desses grupos tem militares reformados e da ativa em seus quadros que compõem a parte majoritária dessas organizações. O que procuraremos apontar é a clara influencia dos pensadores nacionalistas autoritários como principal fonte de suas inspirações. Para chegarmos a tal intento, faremos um pequeno histórico sobre esses intelectuais que tanto influenciaram os destinos de nosso país desde a década de 1920, localizando historicamente a conexão entre tais pensadores e as ações de intervenção das forças armadas na política brasileira para, por fim, entendermos como quase cem anos depois tais ideias ainda tem força e fôlego suficiente para dar alguma consistência às críticas que esses grupos fazem à democracia liberal vigente hoje no país.

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que no chamado “terceiro mundo” – Brasil incluído – durante o século XX, o nacionalismo foi assumido tanto pela direita quanto pela esquerda, “com diferentes matizes que vão do tradicionalismo ufanista à luta de libertação nacional contra o imperialismo”. (Ibidem, pp 16) Por isso, o pensamento nacionalista não pode ser considerado como monopólio da direita.

A partir da década de 1910, é possível identificar claramente concepções autoritárias que transitam entre correntes de viés direitista. De modo geral, essas correntes defendem uma ordem autoritária, têm repulsa ao individualismo, tanto no plano social quanto no político, possuem extremado apego às tradições e dão um papel de grande relevância ao Estado como organizador da sociedade. (Idem, pp.15)

No plano das idéias sistematizadas, que passam a ser divulgadas e a circularem em forma de livros ou pela imprensa na sociedade brasileira, a junção de nacionalismo e autoritarismo ocorreu nos anos de 1920. Já em 1914, Alberto Torres publica seus livros

O Problema Nacional Brasileiro e A Organização Nacional. Sem ser propriamente um autoritário, Torres é considerado um precursor dessa concepção, pois foi um crítico mordaz do que chamava de artificialismo das doutrinas liberais quando aplicadas ao Brasil. Além disso, tinha convicção plena do papel fundamental do Estado na constituição da nação brasileira. Torres defendia a necessidade de dotar a União de maiores poderes e definia o Poder Executivo como o “poder por excelência”. O nacionalismo em Torres se revela no ataque frontal ao domínio econômico das grandes potências e dos monopólios internacionais, além da defesa radical do trabalhador brasileiro, ao ser contrário à imigração de estrangeiros para o Brasil. Fica assim muito evidente a inspiração dos ideólogos autoritários no pensamento de Alberto Torres. (Idem, pp 25. 26 e 27) Os textos de Torres sempre foram referência na construção dos discursos da direita, inclusive entre os integralistas que muito o admiravam.

As maiores expressões na construção do pensamento nacionalista autoritário no Brasil foram Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos. Oliveira Viana (1883-1951) foi o principal expoente desse pensamento e Azevedo Amaral (1881-1942) foi o menos conhecido, o que não quer dizer que tenha sido pouco importante. Viana não participou de forma intensiva da cena política, mas colaborou na revisão constitucional após a revolução de 1930 e foi o principal arquiteto do arcabouço da

legislação trabalhista e sindical quando, à época, colaborou como consultor jurídico do Ministério do Trabalho. Amaral morreu em 1942, o que o manteve “desconhecido”, tendo sido redescoberto mais tarde. Publicou livros essenciais para o pensamento nacionalista autoritário durante a década de 1930, como *Ensaio Brasileiro, A Aventura Política do Brasil, O Brasil na Crise Atual e O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. (Idem, pp 27, 28 e 29)

Ao contrário dos dois pensadores citados anteriormente, Francisco Campos (1891-1968) foi um ativista político do pensamento nacionalista autoritário, tendo sido Deputado Federal antes de 1930, ministro da Educação e Saúde entre 1930 e 1932 e ministro da Justiça entre 1937 e 1941, em pleno Estado Novo. Seu nome sempre esteve ligado aos regimes autoritários no Brasil, inclusive o regime Militar, onde colaborou com a elaboração dos primeiros decretos de exceção, os *Atos Institucionais*, que levaram a ditadura militar para a repressão total dos anos de chumbo. Todavia, isto não era uma novidade na militância política de Francisco Campos, na medida em que ele havia redigido a Carta constitucional de 1937, a Carta do Estado Novo. Para que fique claro o quanto Campos foi fundamental para as práticas autoritárias dos regimes de exceção no Brasil, é bom lembrar que o Estado Novo foi praticamente regido pelo artigo 186 da Carta de 1937 que estabelecia o estado de emergência em todo o país, o que evidenciava o regime repressor que havia se e formatado a partir de 1937. (Fausto, ide, pp 29 e Vieira, 1988:57)

Para prosseguirmos no nosso intento, é preciso fazer também um rápido relato sobre a fundação das forças armadas no Brasil, para que então possamos, mais à frente, conectar a ideologia que estamos estudando ao poder imenso adquirido por tal instituição e averiguarmos como tal junção se processa nos grupos em atividade atualmente, como é o caso do grupo Guararapes.

O percurso histórico das Forças Armadas no Brasil e na América Latina

A profissionalização das Forças Armadas ocorreu na Europa a partir do século XVIII, assumindo gradativamente, um caráter nacional. A profissionalização e a identidade nacional adquirida pelas Forças Armadas européias faziam parte de um

projeto político das burguesias nacionais de exercer um controle absoluto sobre tais contingentes e fortalecer o Estado.

No Brasil, a profissionalização das Forças Armadas só ocorreu após o processo de independência, mais exatamente no final do século XIX e sob o controle de um Estado oligárquico. Entretanto, essa profissionalização das forças militares foi, aos poucos, trazendo, como consequência, uma maior participação política dos seus membros de alto escalão, fazendo com que as oligarquias fossem perdendo, ao longo do tempo, o controle sobre esse setor tão estratégico da sociedade brasileira. A depressão econômica internacional de 1929 em conjunto com a crise interna que se expandiu e o período pós-1930 apressaram uma ruptura estrutural que teve como principal resultado a destruição do poder oligárquico. Entre 1930 e 1945, a participação dos militares foi muito relevante ao participarem ativamente do processo que levou o país a se industrializar e na consolidação do Estado autoritário, em substituição ao Estado oligárquico. No período de 1945 até 1959, a participação norte-americana na instrução militar já é notória, sendo também a etapa onde se funda e se fortalece como pólo ideológico a Escola Superior de Guerra. Após a vitória comunista em Cuba em 1959, houve uma mudança muito radical nas Forças Armadas brasileiras em virtude da necessidade de prepará-las para uma guerra total contra o inimigo externo e interno: “o comunismo internacional”. Essa transformação implicava em um maior cuidado com a segurança nacional, o que resultou na melhor formatação de uma Doutrina de Segurança Nacional fortemente influenciada pelo pensamento nacional autoritário. (Vieira, *Ibidem*, pp 63, 64 e 65)

Toda essa alteração no papel desempenhado pelas Forças Armadas no Brasil e na América Latina trouxe uma grande intensificação das pesquisas sobre elas e sobre seu comportamento atípico. Muitas teorias apareceram nesse período buscando explicar as intervenções militares nas sociedades latino-americanas. A maioria dessas teorias estava marcada pela separação do mundo militar da sociedade e do Estado, com o que, é claro, não concordamos. Todavia, é necessário enumerá-las posto que, em seu conjunto, contribuíram, sem dúvida, para elucidar as ações, intervenções e a ideologia que moveu esse importante ator político por aqui.

Um autor americano, Edwin Lieuwen, constatou que as Forças Armadas, abaixo da América do Norte, tendem a não a seguir o papel institucional que deveria caber-lhe

e concluiu que seria necessário deter esse ímpeto intervencionista que assumiram, pois tais interferências impediriam o desenvolvimento do processo democrático na América Latina, cabendo aos EUA impedir que tal fato ocorresse. Outro pesquisador americano, J.J. Johnson, vai no sentido contrário do de Lieuwen no que concerne a sua conclusão pois, para Johnson, as Forças Armadas estiveram todo o tempo envolvidas em um objetivo nobre: modernizar nossas sociedades atrasadas, industrializando-as. A perspectiva desse último autor justifica e legitima todas as intervenções militares, pois parte do princípio de que o fechamento do regime político foi feito com a melhor das intenções, cabendo ainda, aos EUA, a incumbência de colaborar e orientar nossos militares nessa missão. (Vieira, Idem, pp 66 e 67)

Após o golpe de 1964, o sociólogo José Nun escreveu um artigo sobre as relações entre a classe média e as ditaduras militares que pipocavam na América Latina. Nesse artigo, argumenta que é extremamente importante buscar uma origem de classe para se explicar o modo como agem as Forças Armadas nas sociedades latino-americanas. Para isso, fez um quadro histórico da formação das classes médias da região mostrando a fragilidade desses setores sociais e de como o processo de profissionalização tardio das nossas Forças Armadas facilitou grandemente o ingresso maciço de elementos de tal origem de classe nos contingentes militares e na oficialidade das três Forças. Além da questão de classe, Nun estabeleceu em seu arcabouço teórico, a noção de hegemonia para escrever esse importante artigo. Para ele, por conta da citada fragilidade de nossas classes médias, estas sempre recorreram às Forças Armadas em momentos de crise hegemônica e colapso das estruturas sociais. (Idem, pp 67, 68 e 69)

Entretanto, há autores, como Alfred Stepan e Luigi Einaudi que, em meados dos anos de 1960, focaram suas análises a nível organizacional, pretendendo explicar o comportamento de nossos militares através da idéia de organização, própria da instituição. A organização sempre foi baseada na hierarquização, na promoção lastreada no mérito e na obrigação à obediência cega sob uma carga de penas severas, o que teria dado às nossas Forças Armadas um caráter extremamente rígido. Vieira enfatiza que as promoções dentro das Forças Armadas se fundamentam muito mais no pertencimento a determinado grupo no poder político e à lealdade a esse grupo, do que no princípio do mérito estabelecido por regulamentos estritamente militares. (Idem, pp 67, 68 e 69)

Entre os autores que vimos até agora, José Nun foi o único que conectou as Forças Armadas com a sociedade, mostrando as relações existentes entre uma estrutura social e aquela instituição; os demais autores, como dissemos no início, separaram o mundo militar da sociedade e do Estado. Na década de 1970, surgiram outros autores que ampliaram ainda mais a visão sobre as Forças Armadas no Brasil e na América Latina como um todo. Eliezer R. de Oliveira caracteriza as Forças Armadas como uma peça da engrenagem estatal e esclarece a importância fundamental da ideologia – A Doutrina de Segurança Nacional – para sua intervenção política no Brasil. (Apud Vieira, Idem) Heloisa Fernandes coloca os militares como uma categoria social e Michel Löwy e Eder Sader argumentam que uma categoria social se define na relação com instâncias extra-econômicas da estrutura social, podendo ser tanto ideológicas, cujos agentes são os intelectuais, como políticas, incluindo aí os burocratas e os militares. (Apud Vieira, Idem)

Esteban Carranza compreende as Forças Armadas como aparelho de repressão e procura desvendar suas relações com a própria estrutura do Estado, acrescentado à sua perspectiva teórica o conceito de Estado de Exceção, que vai de encontro aos conceitos de bloco no poder e hegemonia muito afeitos ao pensamento e as análises de Nicos Poulantzas. (Apud Vieira, Idem) Para esse autor, o Estado de Exceção tem como objetivo remediar uma típica crise de hegemonia dentro do bloco no poder e nas relações deste bloco com as massas populares, significando isso a supressão da representatividade política tradicional, inclusive das próprias frações do bloco no poder, para fortalecer o aparelho repressivo do Estado. O Estado de Exceção, seguindo a perspectiva desse autor, pode se caracterizar de três formas básicas: o bonapartismo, o fascismo e a ditadura militar. (Apud Vieira, Idem)

Michel Löwy e Eder Sader, no entanto, fazem restrições a este conceito para explicar, na América Latina, as intervenções militares tão frequentes. Argumentam que o termo Estado de Exceção implicaria no entendimento de que houve uma interrupção de um regime democrático de inspiração burguesa quando, na realidade, é a exceção que é regra entre nós. Heinz Sonntag confirma que o Estado de Exceção foi permanente durante a história latino-americana na maior parte do século XX, daí Löwy e Sader questionarem: se é permanente porque então insistir em chamá-lo de Estado de Exceção? (Idem, pp 70, 71 e 73)

Pensamos que não teremos resposta satisfatória para o entendimento do papel exacerbado do aparelho repressivo do Estado e, portanto, das Forças Armadas na América Latina e no Brasil especificamente se não entendermos a função altamente relevante de toda uma legitimação ideológica que é a Doutrina de Segurança Nacional. Consideramos que a Doutrina de Segurança Nacional não é um mero subproduto das determinações norte-americanas no pós-guerra, mas, como diz Vieira, “apresenta uma certa especificidade em cada regime militar latino-americano que a tenha adotado”. (Idem, pp 74)

Se continuarmos a indagar o porquê da permanência do pensamento e das práticas autoritárias entre nós veremos que a Escola Superior de Guerra difundia um pensamento político/ideológico que não pode ser atribuído exclusivamente aos militares e nem à influência do Pentágono, mas que “há elementos oriundos de etapas anteriores do pensamento político brasileiro”. (Oliveira, 1976:24) A origem da Doutrina de Segurança Nacional têm clara vinculação com o pensamento de Alberto Torres e Oliveira Vianna, são neles que encontramos as noções de Estado, elite e do caráter brasileiro amplamente utilizadas no escopo do ideário doutrinal da ESG e da DSN. Aliás, a influência desses dois pensadores é nítida no pensamento militar brasileiro até os dias de hoje. (Vieira, op cit, 76) Segundo Oliveira Vianna, “cabe ao Estado representar a vontade geral, traduzindo os interesses sociais e subordinando à sua autoridade a nação impossibilitada de manter a liberdade”. (Apud Vieira, Ibidem, pp 108) Ora, o argumento que justificou o golpe militar de 1964 se inspirou em premissas como essa. O sentido elitista, excludente e autoritário desses pensadores brasileiros construiu um conceito político mais ou menos adverso ao liberalismo do início do século XX no Brasil e no mundo, mas é necessário entendermos que esse liberalismo sofreu transformações no decorrer daquele século aqui e lá fora.

O Liberalismo e a Democracia como alvo do pensamento autoritário

Se pensarmos o liberalismo desde suas primeiras formulações e práticas – Locke e a Revolução Gloriosa Inglesa – até o momento da Revolução Francesa pelo menos, veremos que mais se apresentou como alternativa à democracia do que como sua promotora. Na prática, só nos anos de 1930 o liberalismo assumiu a democracia, não

sem antes minimizá-la, empobrecê-la e reduzi-la, de modo que hoje quase todos se dizem democratas, inclusive os nacionalistas-autoritários, como o Grupo Guararapes, objeto de nosso trabalho, como veremos no desenvolvimento de nosso texto.

Os primeiros liberais do século XVII não aventavam de defender a democracia porque esta não era a questão histórica da época a ser respondida, mas sim a destruição do Estado Absolutista que se constituía em um monumental empecilho ao desenvolvimento do capitalismo nascente e da burguesia, que desenhava, desde Hobbes, uma doutrina política adequada à nova economia que se buscava implantar. No esquadro político da época, o liberalismo estava sim à esquerda das demais forças, mas a democracia só passa a ter alguma importância em relação ao liberalismo justamente com a crítica mordaz, e que apontava seus limites, desenvolvida por Rousseau em Discurso Sobre a Origem da Desigualdade Entre os Homens, e com sua proposta democrática em O Contrato Social, em meados do século XVIII. Rousseau influenciou as ações revolucionárias dos jacobinos durante a primeira fase da Revolução Francesa e suas idéias acabaram por ter desdobramentos determinantes nos primeiros pensadores comunistas no final do século XVIII. (Coutinho, 2006:15)

Já no início do século XIX, com o surgimento do movimento socialista, importantes sujeitos políticos surgem obrigando o liberalismo a se confrontar com os primeiros passos da afirmação da democracia moderna, que se expressava claramente com o ingresso impetuoso das massas populares no cenário político. O liberalismo reagiu negativamente ao advento desses novos atores políticos e suas reivindicações de direitos, significando uma rejeição clara da participação popular na construção da nova ordem política. Haveria assim dois tipos de liberdade, a liberdade democrática preterida e a liberdade liberal cobiçada. A democracia pretendida por Rousseau seria coisa do passado e inviável, posto que, a liberdade moderna se expressaria ao fluir na esfera privada, onde se obtém, por méritos pessoais próprios, os bens que cada indivíduo busca possuir, sendo a esfera pública a esfera da representação política desses indivíduos “livres”. Todavia, no decorrer do século XIX, alguns pensadores liberais compreenderam melhor a realidade que se estava construindo com a nova ordem burguesa e debruçaram-se sobre a questão da democracia.

Tocqueville acha que a democracia é irreversível, mas tem os seus desdobramentos e caminha para esboçar um conceito de democracia liberal em

contraposição à uma democracia tirânica. Teme o surgimento de uma sociedade de massa que permitiria a realização de uma Tirania da Maioria e a instituição de um Estado autoritário e despótico, teme, portanto, que uma cultura igualitária destrua as possibilidades dos indivíduos. A grande questão em Tocqueville é buscar a solução para preservar a liberdade individual na igualdade, que, para ele, é inevitável; olha para os EUA dos anos de 1830 e lá enxerga uma democracia promissora, mesmo criticando o escravismo que lá existia. Os ideais liberais coexistindo harmoniosamente com o processo de desenvolvimento igualitário sempre foi a meta desse pensador francês, tanto nos seus textos quanto em sua prática parlamentar. (Tocqueville, 1979)

Um outro pensador liberal contemporâneo e amigo de Tocqueville, o inglês Stuart Mill, viveu em seu país o apogeu da Revolução Industrial, o nascimento do império colonial britânico e transformações radicais na sociedade, onde a questão candente era como incorporar ao sistema político de forma pacífica uma massa de trabalhadores prestes a insurgirem com propostas incendiárias. Com esse pano de fundo em sua trajetória intelectual, Mill terá como principal preocupação dotar o Estado liberal de mecanismos capazes de incorporar a participação das massas trabalhadoras. Para ele, a coisa pública diz respeito a todos e a participação política não pode restringir-se a alguns privilegiados, a tirania da minoria é tão odiosa quanto a da maioria. Mill rejeita drasticamente qualquer elaboração política baseada em interesses de classe, mas sua obra é um esforço articulado que busca atender as demandas da classe operária inglesa. (Mill, 1979)

Norberto Bobbio fala em uma ótica descendente, de quem vê a sociedade “de cima” e uma ascendente, de quem vê sob a perspectiva popular. (Bobbio, 1986:87) O que faz Mill é justamente conduzir a Teoria Liberal da perspectiva descendente para a ascendente e é com o seu pensamento que o liberalismo se despe do conservadorismo para começar a incorporar em sua agenda todo um elenco de reformas que vai desde o sufrágio universal até a emancipação feminina. (Balbachevsky, 2002:195) No entanto, é bom que se tenha claro que a ampliação do sufrágio não foi o paradigma seguido na época, posto que, o modelo de sufrágio restrito foi o que vigorou entre os regimes liberais até o início do século XX, de modo que o sufrágio universal pleno para ambos os sexos só foi alcançado na Inglaterra em 1918. (Coutinho, op cit, pp 19)

Pensadores liberais conservadores e elitistas continuaram a diferenciar os conceitos de democracia e liberalismo no período que vai do final do século XIX para o início do XX, o italiano Gaetano Mosca é um deles. Para ele, não há o que temer em relação à “tirania da maioria”, posto que, em sua avaliação, a maioria jamais existiu enquanto sujeito político e a política é feita sempre por minorias, pelas elites, pelas “classes dirigentes”, desse modo, avalia que a “soberania popular” não passa de uma fórmula política, uma ideologia usada pelas elites dirigentes para se legitimarem no poder, dizendo-se representantes dos anseios do povo. (Coutinho, *Ibidem*, pp 17) Mosca é um liberal/conservador que rejeita o sufrágio universal e seu pensamento se aproxima muito do pensamento autoritário na medida que negava veementemente os postulados democráticos básicos, mas se formos examinar mais atentamente, veremos que, na realidade, os regimes liberais, até o início do século XX, eram regimes de participação política restrita e elitistas.

Kant dizia que trabalhadores assalariados e mulheres não deviam votar e Benjamin Constant, que só devia votar e ser votado quem fosse proprietário, o que significa que 90% da população deveria ficar fora do processo eleitoral. (Coutinho, *Idem*, pp 18) Também direitos sociais foram negados por muito tempo pelo liberalismo. O direito de organização sindical e de greve, por exemplo, foram conquistas efetivas dos trabalhadores. Na França, só no último quarto do século XIX é que esses direitos foram conquistados após a Comuna de Paris. O liberalismo teve, ao longo dos séculos XIX e XX, que assimilar as demandas das classes trabalhadoras e fez – ainda faz - um enorme esforço teórico e prático para controlar o avanço irresistível da democracia e tentar submetê-la à lógica da economia de mercado. A natureza liberal não é e nem nunca foi democrática e a ampliação da democracia parte do pressuposto de conflitos acirrados entre os interesses populares e a lógica privatista do capitalismo, o que impulsiona mais e mais o liberalismo a assimilar elementos isoladas da democracia e pô-los a serviço da ordem burguesa, minimizando-a e reduzindo seu significado.

Outros pensadores liberais tentaram pôr a democracia em comportas reducionistas. Schumpeter, por exemplo, diz que o povo não sabe juntar razão com interesse, não sabe defini-lo racionalmente e, por isso, seu voto é sempre definido em última instância pelas elites dirigentes; assim sendo, se houver diferentes elites se alternando no poder, para esse autor, haverá democracia. Além de Schumpeter, outros

autores contemporâneos, conservadores ou mais progressistas – Sartori; Dahl; Bobbio; - contribuem significativamente para reduzir a democracia ao cumprimento de alguns procedimentos formais, cujo principal deles é a realização de eleições periódicas, nas quais o povo escolhe entre as elites dirigentes qual irá ocupar a máquina do Estado. (Apud Coutinho, Idem, pp 24) É óbvio que essa democracia liberal desqualifica a democracia de fato quando não se define, em termos de justiça social, e nem cria nenhuma possibilidade de se basear na busca de maior igualdade real - e não apenas formal e retórico-jurídica - entre os cidadãos.

Toda assimilação da democracia pelo liberalismo foi consequência da pressão dos “de baixo” por direitos e o movimento de tentar reduzi-la ao máximo sempre esteve presente na história desse regime político. O chamado neoliberalismo recuperou máximas primitivas do velho liberalismo e espalhou desespero e perplexidade por grande parte do planeta. O adversário do Nacionalismo Autoritário Brasileiro no início do século XX foi, como parece ser também agora no século XXI, o liberalismo como regime político em constantes mutações - que alteram as tonalidades de sua pele de camaleão sem mudar a origem genética de suas entranhas -, mas o inimigo desprezível para ambos os tipos de pensamento político é a intervenção popular na luta política, ou seja, a democracia.

O contexto neoliberal como pano de fundo da atuação do grupo Guararapes

Quando destacamos que a democracia é o verdadeiro inimigo, tanto do pensamento liberal quanto do pensamento autoritário, temos que ter em mente de que tipo de democracia estamos falando. No caso do liberalismo, a democracia entendida como igualdade substancial em termos econômicos e sociais é uma verdadeira ameaça, de modo que, como vimos acima, a antítese entre liberalismo e democracia foi “resolvida” com a consolidação da chamada democracia formal, na qual as massas são chamadas a participar somente em períodos eleitorais. Em se tratando do pensamento autoritário, excesso de participação perturbaria a ordem, e assim também a governabilidade.

O contexto de atuação do Grupo Guararapes, objeto de nosso estudo, é marcado pela democracia liberal, com as chamadas regras do jogo preconizadas por Bobbio.

Porém, uma característica importante deve ser destacada neste preâmbulo: o fato do liberalismo estar mais presente do que nunca, sob a denominação de neoliberalismo, mantendo traços fundamentais, porém ligado a fatos históricos novos. O neoliberalismo passou a ser adotado a partir da década de 70, quando o mundo assistiu à crise do petróleo, que mudou o paradigma de acumulação do capital, inviabilizando as propostas de Keynes adotadas no pós-guerra. Com isso a crise fiscal atingiu em cheio o modelo do Welfare State totalmente comprometido com gastos sociais. Se após a segunda guerra mundial o mote era fortalecer o Estado, dando início a um determinado plano de desenvolvimento econômico baseado na intervenção estatal e na promoção da seguridade social na Europa, na década de 70, este modelo começa a ser questionado em função da queda da taxa de lucro, obrigando às organizações mundiais a reverem o modelo de desenvolvimento.

Emergem, a partir deste cenário, determinações internacionais em favor do fortalecimento do mercado, em detrimento da atuação estatal. Ou seja, estamos em um novo contexto histórico, marcado pela globalização, onde a competição e a inserção no mercado mundial passam a ser a tônica, de modo que os gastos sociais do Estado devem diminuir, dando vazão às iniciativas individuais e à ação do mercado. Desse modo, as leis trabalhistas e os gastos sociais são flexibilizados, consubstanciando nas diretrizes impostas pelo Banco Mundial aos países de primeiro e terceiro mundos. As características clássicas do liberalismo vêm à tona: o individualismo, a ideia de Estado mínimo, o mercado como regulador das relações econômicas e sociais.

A democracia formal e retórica reduzida ao voto obrigatório são a tônica dessa ordem neoliberal, onde igualdade social e econômica parece estar cada vez mais distante do cenário, uma vez que o princípio do mercado autorregulador é o que prevalece na sociedade. No Brasil, as práticas neoliberais aterrissaram com força a partir da década de 1990, no governo de Fernando Collor, a partir de seu programa de privatização e abertura comercial às empresas estrangeiras. O governo de Fernando Henrique Cardoso deu vários passos à frente, rumo à flexibilização das leis trabalhistas e à diminuição da ação estatal em setores estratégicos, como saúde e educação. É sob este cenário que surge o Grupo Guararapes, adotando como alvo o individualismo exacerbado, o neoliberalismo, a democracia e as práticas corruptas, advindas da perda da ordem e da moral.

O grupo Guararapes: A construção de um discurso

O Grupo Guararapes foi formado em 1991, por um grupo de 17 membros das Forças Armadas que se reuniam com o intuito de analisar a situação nacional no período. Nessas reuniões, constataram que o governo da época, Fernando Collor, estava promovendo o caos no país. Estes Oficiais se sentiam diminuídos pelos governos e, segundo sua interpretação, a diminuição da importância das forças Armadas ocorria e continua a ocorrer por uma motivação externa, sendo acatada internamente por uma minoria travestida de neoliberal, ocultando seu caráter eminentemente marxista. A partir de tal visão acerca da realidade, o Grupo Guararapes foi formado com oficiais da reserva e reformados da Marinha, Exército e Aeronáutica, inicialmente residentes no Ceará. Posteriormente, oficiais domiciliados em todo o território nacional foram também absorvidos e, hoje, o Guararapes conta com o apoio, não somente dos oficiais das Forças Armadas, mas com empresários e intelectuais.

O título Guararapes é em reconhecimento ao fato histórico das duas batalhas dos Montes Guararapes travadas contra o invasor holandês no século XVII. Fazem questão de frisar que foi a partir dessas batalhas que nasceram as Forças Armadas e a Nacionalidade brasileira, com base na contribuição das três raças, o branco, o negro e o índio.

O discurso do nacionalismo e da afirmação da nacionalidade brasileira no sentido do pertencimento a uma Nação é bem presente entre os membros do Grupo Guararapes, sendo o valor dado aos sentimentos coletivos confundidos com democracia. O nacionalismo exacerbado pode ser ilustrado quando comparam as ações dos norte-americanos com a dos brasileiros, na medida em que os primeiros são vistos como verdadeiros patriotas, que colocam os valores nacionais acima das particularidades ou ideologias específicas. A posse do Presidente Barak Obama, cercada por expressões direcionadas para a Pátria, e o próprio ufanismo dos norte-americanos são comparados com a postura durante a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujos presentes, na visão do Grupo, pouco demonstraram apreço pelos valores nacionais.

Na posse do Presidente Lula, poder-se-ia contar o número dos “cumpanheiros e cumpanheiras“, onde incluímos a primeira dama, que não sabiam nem a letra, ou que, deliberadamente, deixaram de cantar o Hino Nacional. Talvez,

se fosse o hino do PT, ou da terceira internacional, todos tivessem cantado. Isto retrata a fragilidade do nosso regime, fantasiado de democracia, pois, no fundo, tem o espírito e a vontade, dos integrantes do governo, de ser um regime socialista-comunista. Por que a nossa democracia não se ombréia com a DEMOCRACIA do NORTE? Porque não temos estrutura partidária séria e sim uma colcha de retalhos constituída por 39 agremiações, sem ideário definido, representando interesse corporativos, distanciados dos interesses do povo e da Nação.

(<http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/index.asp>, publicado em 15/02/2009.)

Nacionalismo, para o Grupo, significaria, sobretudo, enaltecimentos dos valores e instituições nacionais, a começar das próprias Forças Armadas. Somado a isso, o nacionalismo ainda é percebido como defesa das fronteiras geográficas em face do processo de globalização, que acomete não somente a economia, mas principalmente a soberania nacional. Os Oficiais do Grupo Guararapes consideram as forças Armadas como a representante última do nacionalismo que, segundo eles, vem se enfraquecendo no Brasil.

A ideia no campo econômico de que a felicidade seria encontrada no sistema de MERCADO LIVRE e tudo seria resolvido pela GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA tomou corpo e se assistiu às NAÇÕES se fragilizarem com ameaça às suas SOBERANIAS. Temos atualmente uma ideia de um governo global, onde tudo seria resolvido dentro de um órgão internacional que seria controlado pelas Nações poderosas. No nosso caso – BRASIL – já se aventou a ideia de que as nações latino-americanas não necessitavam de FORÇAS ARMADAS, pois dentro da pobreza existente poder-se-ia considerar um desperdício gastar com estas Forças, quando uma FORÇA Super-Nacional resolveria as questões entre elas economizando bilhões de dólares que poderiam ser investidos na solução dos problemas sociais. O enfraquecimento de nossas FORÇAS ARMADAS iria abalar o sentimento de nacionalidade, pois elas representam o último baluarte que poderia manter o nosso País unido e íntegro, pois a economia globalizada já nos enfraquece como Nação. (<http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/index.asp>, publicado em 15/10/2002.)

O enfraquecimento do nacionalismo e a chamada democracia débil, que é como se referem à democracia brasileira, seria resultado direto de posturas assumidas pelos últimos governos, desde a criação do Grupo até os dias atuais. Referem-se assim a diferentes governos, com diferentes posturas ideológicas, como sendo todos representantes da esquerda, de inspiração marxista-leninista. Sugerem que, do governo Fernando Collor, passando pelo governo de Fernando Henrique Cardoso até o governo Lula, nada de diferente se observa, pois, segundo a interpretação do Grupo, as falas que

aparentam propostas neoliberais, nada mais seriam do que falácias, que escondem o verdadeiro objetivo de todos os três governos: implantar uma ditadura comunista no país. Em seus escritos, encontramos críticas vorazes à corrupção generalizada como resultado de governos fracos, que são fracos porque eles próprios não respeitam as instituições e a Constituição Nacional. Sobre o governo Lula, este discurso tem sido mais veemente em função do contexto de eleições do ano de 2010.

Toda a estrutura da nossa frágil democracia está em processo de contestação com os três poderes da República sem se respeitarem mutuamente, a Constituição sendo diariamente violentada, especialmente, pelo Executivo que não respeita a lei, desinforma o povo sem cultura e sem nenhuma formação patriótica. É, iludindo através da liderança carismática do Presidente e seus assessores mais diretos, que mentem desbragada e continuamente, se sustentam com as políticas sociais e demagógicas, com o clientelismo irresponsável e a cooptação do legislativo através da corrupção e direcionamento das liberações de recursos do orçamento. (<http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/index.asp>, publicado em 24/07/2010)

Dessa forma, não se assumem como não democráticos, ao contrário, discursam bravamente em favor da democracia, mas condenam a forma como esta vem sendo exercida no Brasil. Os discursos se contradizem em determinados momentos, pois, ao mesmo tempo em que defendem a democracia e, inclusive a liberdade de expressão e de escolha, em outros, afirmam que o povo brasileiro não está preparado para a democracia, em um claro discurso saudosista do período dos governos militares. Assim, de um lado, afirmam que:

[...] a Lei Maior não conduz à criação de uma mentalidade democrática permitindo a negligência na observação dos princípios consuetudinários sobre direitos e deveres dos cidadãos, tais como: liberdade com responsabilidade, liberdade individuais da livre iniciativa, plena circulação de capitais e de mercadorias aceita pelo povo, plena liberdade econômica, com proibição de monopólios, e a escolha livre dos representantes do povo, (grifo nosso) a garantia das liberdades individuais, em face do arbítrio alheio, a garantia da propriedade privada de pessoas física e de pessoas jurídicas, a formação e o fortalecimento do caráter de brasilidade. (<http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/index.asp>, publicado em 15/02/2009)

E, de outro:

Antes da revolução de 64, a Escola Superior de Guerra estudou a tese de doutoramento do Paulo Brossard. Versava sobre representatividade e

pergunta se uma pessoa, meramente por ter sido escolhida pelo "povo", poderia, então, somente por isso, saber condignamente representá-lo e defendê-lo. Eu acredito que o sistema democrático ainda não serve para o Brasil. Nosso povo ainda não possui, como um todo, o necessário discernimento e bagagem cultural para saber escolher seus representantes, mostrando que a dúvida do Prof. Paulo Brossard continua, até hoje, bastante atual e importante. Algumas organizações, alguns setores da nossa sociedade, como os militares, como as Forças Armadas, ainda são os únicos a se preocupar com os verdadeiros problemas da Nação. Isso parece estar meio "esquecido". Quem pode realmente fazer algo pelo país? Quem sabe quais são as verdadeiras necessidades de nosso país? Será que podemos confiar na tão decantada democracia? (<http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/index.asp>, publicado em 23/01/2003)

Para que possamos entender as supostas contradições que são recorrentes nos discursos do grupo, é preciso compreender que concepção tem de democracia. As concepções nacionalistas de Alberto Torres e as mais autoritárias de Oliveira Vianna formatam, junto à prática de Francisco Campos, um conceito ideal de “democracia orgânica” que, segundo o Grupo, seria mais apropriada para o Brasil, cujo povo é percebido como não apto para o voto, devendo, pois ser orientado pelo Estado. Ou seja, o povo deve ser dirigido em suas ações por uma elite educada e preparada para defender os interesses da nação, de acordo com tal perspectiva.[iii] Foi com esse conceito de democracia que se fez a revolução de 1930 e se implantou em 1937 o Estado Novo. A fundação da ESG e o fortalecimento da DSN projetaram mais longe e corporificaram, sem dúvida, o ideário do pensamento nacionalista autoritário brasileiro.

A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional são um desdobramento natural da evolução desse corpo teórico político que informa as práticas e o pensamento do Grupo Guararapes, cuja atuação se lastra fortemente no que Alberto Torres e Oliveira Vianna pensam acerca da “incapacidade continuada de organizar-nos como nação.” (oliveira, op cit, pp 36) Está presente ainda a idéia de despreparo das elites – daí a ESG ter em seus quadros tantos civis, intelectuais e empresários – para as tarefas de “construção nacional”, somada à percepção da necessidade de colaboração do corpo social nesta construção e à rejeição de modelos de regimes constitucionais e políticos importados. Aliás, o pensamento de Juarez Távora, um dos comandantes e ícones da ESG a respeito do despreparo das elites, bebe nesta mesma fonte. (Boris Fausto, 2001)

Segundo inúmeras citações de Dante Moreira Leite, o pensamento de Oliveira Vianna se adequa totalmente à visão do Grupo Guararapes. É do autor a idéia de que há a necessidade de uma “retificação moral na ordem pública e privada”, de modo que o povo precisa de um governo forte porque “trata-se de dar ao nosso agregado nacional, massa, forma, nervo e caráter”. Assim, a “Ditadura da moralidade” se faz necessária. (Apud Leite, 1976:228) José Ribas Vieira, citando o livro de Adalberto Marson escrito sobre Alberto Torres, reproduz o que este pensa sobre o regime político anterior à Revolução de 1930, onde via “[...] a inépcia governamental” e “a ficção jurídica da democracia representativa”. (Apud Vieira, op cit, pp 77) Tanto Torres quanto Vianna, segundo Joseph Comblin, são dois críticos do sistema liberal representativo europeu e ambos estavam convictos de que o povo brasileiro não estava maduro para a democracia (Comblin, 1978:153), uma visão que é seguida pelo Grupo Guararapes.

Conclusão

O neoliberalismo, fruto da globalização da economia, prega o Estado mínimo e a submissão das nações aos interesses do capital internacional, dirigidos por organismos como o FMI e o BIRD que são efetivamente controlados pelos países centrais. A negação do nacionalismo e de seu modelo de desenvolvimento pela globalização e pelo neoliberalismo provocou um curto circuito ideológico nos seguidores do pensamento nacionalista autoritário no Brasil, a partir dos anos de 1990, que via cair por terra as paredes sólidas de uma ideologia plantada na década de 1930 e que agora perdia todas as suas justificativas, inclusive a “ameaça vermelha”, que estava desmoronando feito um castelo de cartas depois da queda do muro de Berlin em 1989.

O que se conclui lendo os textos do Grupo Guararapes, é que há uma forte ênfase no pensamento nacionalista autoritário de intelectuais clássicos como forma de reação ao que consideram ameaçador ao nacionalismo e ao seu ideal de democracia orgânica. Enxergam a conversão de políticos e intelectuais comunistas ao neoliberalismo de modo pitoresco, de forma que a chegada de alguns deles ao poder central no Brasil é percebida como uma espécie de conspiração em escala internacional para entregar o país à desordem, ao caos, à indisciplina social, à corrupção desenfreada, à ditadura comunista, ao atraso e ao domínio estrangeiro de suas riquezas. Ou seja, é

como se houvesse uma trama contra tudo aquilo que defenderam com férrea convicção ideológica, trama essa que se realiza hoje. Sobre isso, ver Bobbio, 1995. e através da globalização e da implantação da “débil” democracia liberal, inadequada, segundo o pensamento nacionalista autoritário, para um povo considerado sem discernimento político. Se não há aptidão política por parte das massas, o remédio seria o Estado forte e um ideal nacional que promova os vínculos e a ordem social. As “reliquias do passado” estão se movimentando e atuando na cena política brasileira contemporânea.

Referências Bibliográficas

BALBACHEVSKY, Elizabeth. “Stuart Mill: liberdade e representação”. In: Weffot. Francisco C. (Org) **Os Clássicos da Política**. Vol.2. São Paulo: Editora Ática, 2002.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar Na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: O Marxismo na Batalha das idéias**. São Paulo: Cortez, 2006.

FAUSTO, Boris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia**. São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEIRA, Eliézer R. de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)** Petrópolis, Ed. Vozes, 1976.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo, 2.ed, Ed. Martins Fontes, 1999.

VIEIRA, José Ribas. **O Autoritarismo e a Ordem Constitucional no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1988.

Notas

[i] Gisele do Reis Cruz é Doutora em Sociologia pelo IUPERJ e Prof. Adjunto II da Universidade Federal Fluminense, polo Campos dos Goytacazes.

[ii] Jeronimo Marques de Jesus Filho é Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense, historiador pós-graduado – lato sensu – em História Contemporânea e História do Brasil Pós 1930 pela Universidade Federal Fluminense. Desenvolve pesquisa independente na área de trabalho, sindicalismo e democracia no Brasil.

[iii] Sobre isso, ver Bobbio, 1995.